

ACTA
da
Reunião de negociação com o
Sindicato dos Funcionários Judiciais

Acta n.º 16

No dia 11 de Outubro de 2010, pelas 17h00, compareceram no Salão Nobre do Ministério da Justiça os Senhores Presidente, Secretário-Geral e Vice-Presidentes das Zonas Centro, Sul e Norte do Sindicato dos Funcionários Judiciais (SFJ) e, em representação do Ministério da Justiça, os Senhores Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária (SEJMJ) e Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça (MJ) e as Senhoras Adjuntas dos Gabinetes MJ e SEJMJ e, em representação do Ministério das Finanças e da Administração Pública, o Senhor Secretário de Estado da Administração Pública (SEAP) e respectiva Adjunta, a fim de se proceder a reunião:

- a) De negociação, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, do projecto de Decreto-Lei que extingue o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça, integrando os seus beneficiários na ADSE;
- b) De apresentação e discussão das normas do projecto de Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 em matéria remuneratória.

O Senhor SEJMJ iniciou a reunião pelas 18h10. Esclareceu que o projecto de proposta de Lei do Orçamento do Estado está em ultimção pelo Conselho de Ministros, sendo posteriormente submetido ao Parlamento, salientando a importância de ouvir o Sindicato dos Funcionários de Justiça relativamente ao quadro apresentado na proposta. De seguida, o Senhor SEAP apresentou as diversas medidas previstas na proposta, com particular destaque para a redução das remunerações e a proibição de valorizações remuneratórias, sacrifício que o Ministério das Finanças considera imprescindível para fazer face à redução da despesa em cerca de 4.500 milhões de euros entre 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011, sendo que a redução de 5% da massa salarial (que afectará 350.000 funcionários públicos e 100.000 do trabalhadores do sector público empresarial), o aumento de 1% do desconto para a Caixa Geral das Aposentações, entre outras medidas, se traduzirão numa redução da despesa em cerca de 1.000 milhões de euros, do que resulta ainda um hiato de 3.500 milhões de euros. Porém, o Ministério das Finanças gostaria de perceber se destas medidas decorrerá algum prejuízo específico para os funcionários judiciais, sendo certo que a negociação para os próximos anos terá este novo valor salarial por base.

O Senhor SEJMJ deu a palavra ao SFJ, que transmitiu a preocupação e indignação dos associados relativamente ao conjunto de medidas apresentado, além da grande insatisfação sustentada em toda a conjuntura na área da Justiça. Salientou que a capacidade de tolerância e de contenção demonstrada pelos funcionários de justiça desde 2005 tornam insustentável a presente situação. Recordou que desde 2002 não tem havido verdadeiras admissões, tendo saído desde então mais de 1600 funcionários, havendo tribunais em que dois ou três funcionários acompanham 900 a 1000 processos, bem como secções com mais de 8000 processos, num quadro de funcionários cada vez mais reduzido e que nada recebe como contrapartida pelas horas extraordinárias, chegando a ter de se articular com os próprios magistrados para terem o serviço minimamente organizado. Da última reunião do Conselho Consultivo da Justiça os funcionários de justiça apelaram ao

27 4

descongelamento das admissões, sendo agora surpreendidos com estes congelamentos e reduções remuneratórias. O SFJ recordou ainda que desde 1999 o Governo tem assumido por diversas ocasiões o compromisso de desbloquear a situação e que os funcionários judiciais têm resistido a esta situação bem como à extinção dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça e à redução dos direitos de aposentação. Compreendem que o esforço seja nacional e abrangente, mas há um conjunto de situações que o tornam inoportável sobretudo atendendo à pretensão de agora se congelar admissões de funcionários judiciais que há muitos anos são prometidas e não se verificam, o que também é insustentável do ponto de vista sindical e político.

O SFJ destacou ainda que a redução do vencimento - que considerou definitiva e não temporária - suscita várias questões, que para os funcionários judiciais são incontornáveis:

- A questão do funcionamento do sistema em 2011 num quadro de proibição de admissão de funcionários;
- A questão das necessidades de formação;
- A questão da informatização e da necessidade de se assegurar a continuação do projecto de renovação do parque informático dos tribunais. A este propósito o Senhor SEJMJ esclareceu que apenas se está a apresentar uma fracção da proposta de lei do Orçamento do Estado para 2011, estando previstas outras medidas que vão assegurar o desenvolvimento do CITIUS Plus, prevendo-se ainda mecanismos de salvaguarda para assegurar o funcionamento dos serviços.

O Senhor SEJMJ esclareceu que o Orçamento do Estado terá outras componentes, de que destacou a criação de um Fundo para a Modernização da Justiça, que incluirá o apoio à realização de acções de formação e à actualização e modernização do parque judiciário e demais equipamentos do sistema de Justiça. Destacou ainda estarem em curso ou previstas outras medidas que contribuirão para o plano de equilíbrio das finanças da Justiça, de que destacou a revisão do Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado, cuja fundamentação se encontra publicada na página electrónica do Instituto dos Registos e do Notariado, bem como o processo de fusão de serviços, como é o caso da fusão da Direcção-Geral da Reinserção Social com a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

O SFJ salientou a questão da falta de funcionários judiciais. O recrutamento tem de ser feito com planeamento, atempadamente e com rigor para permitir que os funcionários sejam incorporados nos tribunais e tenham uma formação o mais robusta possível, sendo fundamental para a credibilização da Justiça criar mecanismos de respeitabilidade e, ainda, não congelar lugares para quadros de chefia. Tem de se assegurar uma preparação mínima aos funcionários judiciais, apoiar a área da formação e possibilitar promoções e progressões, sob pena de desmoroamento dos tribunais.

O Senhor SEAP agradeceu a apresentação das preocupações e disponibilizou-se para manter aberto este canal de comunicação.

O Senhor SEJMJ agradeceu a reunião e informou que transmitirá ao Senhor Ministro da Justiça a total e frontal rejeição pelo SFJ das propostas apresentadas no Orçamento do Estado para 2011.

No final, solicitou o envio de propostas para apreciação relativamente ao projecto de decreto-lei que extingue o subsistema de saúde dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça.

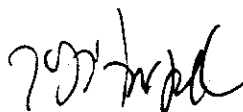
Feito, rubricado e assinado em triplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos signatários.

Em 11 de Outubro de 2010,

Pelo Sindicato
dos Funcionários Judiciais,
O Presidente,

Fernando Jorge

Pelo Ministério da Justiça,
O Secretário de Estado da
Justiça e da Modernização
Judiciária,



José Magalhães

Pelo Ministério das Finanças e da
Administração Pública,
O Secretário de Estado da
Administração Pública,



Gonçalo Castilho dos Santos